

# O que dizer agora?

Eugênio Bucci

---

06 Agosto 2015 | 03h 00 - Atualizado:06 Agosto 2015 | 00h 27

É possível que, no futuro próximo, o PT fique sem discurso. As palavras, até elas, talvez se desfilie da legenda. Não haverá o que dizer, não haverá como dizer e, mais triste ainda, não haverá para quem dizer – os que esperaram tanto por ouvir já não estarão por perto. Só ficarão os funcionários, os burocratas, as bancadas, os parlamentares e seus assessores, plantados como postes anônimos, não eleitorais, numa cidade fantasma. A máquina partidária, suas sedes e suas mesas de fórmica, seus armários cheios de impressos e brochinhos “old fashion”, com os carros de som alugados estacionados na porta, comporão um cenário de edificações físicas sem alma, sem povo, sem urbe, sem polis, sem enunciados. Ocasionalmente, o vento de uma ideologia antiga passará por ali, movendo a poeira do assoalho, mas, quando os vigias de plantão moverem os olhos para identificá-lo – que golpe de ar foi esse? –, só divisarão o vazio, aquilo que foi deixado para trás e para trás ficou. Não dirão nada uns aos outros, pois nada haverá para ser dito. Eles sempre souberam de tudo e terminarão seus dias precisando fingir, calados, que não sabiam de nada.

No começo da queda, o silêncio tinha sido uma escolha. Silenciar sobre pequeninas erupções de vergonha parecia uma saída política, parecia um ato voluntário racional. Os desvios eram tão menores – tão “pontuais”, eles diziam intramuros – que não mereciam declarações públicas. O silêncio, naqueles tempos, deveria ser “ouvido” pela Nação como se fosse uma pausa em meio à grande sinfonia triunfal da luta gloriosa contra a exploração do homem pelo homem. Mais do que isso, melhor do que isso, o silêncio ainda funcionaria bem como um índice superior de reprovação: não se diria nada contra os pequenos delitos, mas também nada se diria a favor deles. Eram coisas mínimas, quase desprezíveis, e o silêncio dos companheiros bastaria para condená-las à insignificância em que deveriam perecer.

Coisas mínimas, irrelevantes. O que era um jipe, um reles jipe, se comparado ao projeto universal de emancipação dos oprimidos? Que importância histórica tinha aquele contratinho estranho com uma empresa de lixo numa prefeitura de interior quando comparado à causa maior de promover a igualdade e a solidariedade? Naquele quadro, portanto, o silêncio se impunha como a melhor escolha retórica, pela qual o militante magnânimo e seus aduladores emitiriam seu sinal de reprovação, olímpico e majestático. Ao mesmo tempo, silenciando, protegeriam a imagem do partido contra os inimigos moralistas. O silêncio blindava a estrela.

É bem verdade que a opção pelo mutismo cobrava um preço relativamente alto na arena da opinião pública, mas, sendo a arena da opinião pública uma instância de classe, manietada pelos comandos invisíveis do capital e do latifúndio, ela não tinha legitimidade nem força moral para exigir dos “guerreiros do povo brasileiro” o reconhecimento de sua responsabilidade. O silêncio também serviria como afirmação de independência: ao não dizer palavra, os militantes não se dobravam aos valores hipócritas do udenismo interesseiro. Por tudo isso, naquele começo de queda, o silêncio parecia uma escolha e essa escolha confortava o intelecto.

Pouco a pouco, no entanto, os pequenos delitos e os tais desvios menores foram ficando maiores, e depois maiores, e depois maiores ainda. Do jipinho cômico, passou-se a conviver com um caixa 2 do tamanho de um trem pagador. No lugar do contrato suspeito daquele tal município, vieram à tona desvios federais sistemáticos, profissionalizados, comandados por uma hierarquia de disciplina bolchevique e ambição capitalista. Ao se dar conta de que a queda era mais grave e mais trágica, a consciência crítica que ainda existia arregalou os olhos, um tanto estupefata. Chegou a tomar fôlego para pronunciar seu asco, mas, então, reconsiderou. Afinal, os partidos da classe dominante tinham praticado desmandos muito piores. Fora isso, proclamar uma condenação “contra os nossos” acarretaria uma crise que enfraqueceria todo o “nosso projeto” e abriria espaço para o que há de mais conservador na sociedade brasileira.

Pensando nessas coisas todas, a consciência crítica se viu impelida a aceitar o silêncio como atitude revolucionária. Mais uma vez.

Havia ainda outro problema. Como tinham silenciado antes, os dirigentes, os líderes, seus muitos protegidos e seus ideólogos, remunerados ou não, teriam de se explicar sobre o mutismo anterior. Por que não tinham falado nada antes? Se a corrupção era uma questão de princípio, como sempre tinha dito que era, por que tinham fechado os olhos e a boca até ali? Ou, por outro lado, se a corrupção não era uma questão de princípio, mas de número, qual a cifra que separava o aceitável do inaceitável? O dilema não era corriqueiro. Não era simples. Era paralisante. Então, entre falar, e ter de prestar contas, e silenciar novamente, ficando no mesmo lugar, as vozes que teriam algo a dizer preferiram a segunda opção. Aumentaram a aposta e dobraram o cacife, como se a política fosse um cassino de ideias.

O negócio complicou. O silêncio que antes “soava” como presunção de superioridade passou a “soar” como arrogância vulgar – e também como confissão de culpa, ou de sentimento de culpa. O quadro era ruim, mas ainda existia a esperança, ainda que exígua, de que a virtude natural e inabalável das causas justas terminasse por triunfar, luminosa e limpa, como nos contos de fadas em que o bem sempre vence o mal. Sim, estava ali uma confissão de sentimento de culpa, é verdade, mas ali estava também uma esperança, que não era pequena.

E aí chegamos aonde estamos. Os escândalos de milhões explodiram em escândalos de bilhões e o silêncio que até então tinha sido uma (aparente) escolha virou condenação. Como nada foi dito antes, nada mais poderá ser dito agora. Nada ou quase nada além de um suspiro.

**\*Eugênio Bucci é jornalista e professor da ECA-USP**